

Limits and potentialities of the national school food program in the perception of regional social actors¹

Limites e potencialidades do programa nacional de alimentação escolar na percepção de atores sociais regionais

Indaia Dias Lopes^a

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2966-8461>

David Basso^b

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4610-9269>

Rita Inês Paetzhold Pauli^c

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9910-5301>

Abstract

The purpose of this article is to discuss the limits and potential of the National School Feeding Program (PNAE) in the city of Passo Fundo-RS. In addition to a brief bibliographic review, the methodological procedures emphasize the perception of the social actors directly and indirectly linked to the execution of this Program at the local/regional level. It is an explanatory research, with a qualitative approach to the data collected through field and documentary research. The results indicated that the making of individual public calls for each state school constitutes the main limiting factor in the development of the PNAE. Social actors perceive PNAE as a Program that contributes to income generation in rural areas, benefiting family farmers in this institutional market. It is concluded that the development of PNAE in Passo Fundo-RS, despite being a process under construction, has been stimulating family farming at the local and regional level.

Keywords: Family farming. PNAE. School feeding. Institutional markets.

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir os limites e as potencialidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Passo Fundo-RS. Além de uma breve revisão bibliográfica, os procedimentos metodológicos enfatizam a percepção dos atores sociais vinculados direta e indiretamente na execução desse Programa em âmbito local/regional. Trata-se de uma pesquisa explicativa, com abordagem qualitativa dos dados coletados por meio de pesquisa de campo e documental. Os resultados indicaram que a realização de Chamadas Públicas individuais para cada escola estadual se constitui no principal fator limitador do desenvolvimento do PNAE. Os atores sociais percebem o PNAE como um Programa que contribui para a geração de renda no meio rural, beneficiando os agricultores familiares nesse mercado institucional. Conclui-se que o desenvolvimento do PNAE em Passo Fundo - RS, apesar de se constituir em um processo em construção, vem estimulando a agricultura familiar em nível local e regional.

Palavras-chave: Agricultura familiar. PNAE. Alimentação escolar. Mercados institucionais.

¹ This work was carried out with the support of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - Brazil (CAPES) - Financing Code 001.

^a Universidade de Passo Fundo (UPF), Brasil. E-mail: indaia_lopes@yahoo.com.br

^b Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijui), Brasil. E-mail: davidbasso@unijui.edu.br m

^c Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil. E-mail: rita.pauli@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A alimentação escolar se constitui em um importante instrumento de desenvolvimento local sustentável (SONNINO; SPAYDE; ASHE, 2016) e a formulação de políticas e programas que promovam e ofertem alimentação saudável nas escolas gera uma demanda institucional por alimentos frescos e culturalmente adequados, abrindo espaço para a comercialização de produtos de agricultores familiares. O Estado, nesse processo, tem um papel importante no estabelecimento de um aparato legal que promova a participação da agricultura familiar nesse mercado, de forma que ele não seja totalmente ocupado pela indústria tradicional (FAO; OPAS, 2017).

O incentivo às compras públicas de agricultores familiares permite o crescimento de empregos no meio rural, diminuição do êxodo rural, redução da pobreza rural e urbana e o estímulo do consumo sustentável (TRICHES; SCHNEIDER; SIMÕES, 2013). Ao promover o estímulo da agricultura familiar sustentável vem reduzindo vulnerabilidades decorrentes de uma produção hegemônica massificada, e promovendo maior resiliência ecológica e social.

No caso brasileiro, a diretriz da política de alimentação escolar é regulamentada através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. A partir da Lei nº 11.947/2009, a qual prevê um percentual mínimo de compras em produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, foi oportunizada uma garantia de comercialização de sua produção e a possibilidade de acesso a outros mercados para esta categoria social (FERNANDES; SCHNEIDER; TRICHES, 2016).

Com a Lei nº 11.947/2009, o governo aproximou a agricultura familiar da alimentação escolar, no entanto foram percebidas muitas barreiras enfrentadas no âmbito do gerenciamento do programa, pois a compra direta da agricultura familiar em

alguns municípios ocorreu sem o devido preparo dos produtores rurais para suprir a necessidade das escolas (TERRA E SILVA; NATIVIDADE; JOAQUIM, 2016).

Os municípios realizam a operacionalização dos recursos do PNAE de formas distintas, de acordo com sua estrutura e especificidades locais. As políticas de compras institucionais de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar necessitam de uma estratégia e de concertação local para sua viabilidade (BALEM, 2015). Tais estratégias devem ser construídas levando-se em consideração a realidade do município e orientadas pelo envolvimento dos diferentes atores que fazem a operacionalização do programa, não pela lógica do mercado que tem como base a demanda e oferta de produtos. É o nível local que fará com que a legislação federal do PNAE tenha ou não efetividade, dependendo da conscientização e liderança dos gestores, profissionais técnicos e da participação da sociedade civil (TRICHES; BACCARIN, 2016).

Alguns autores (TRICHES; SCHNEIDER, 2010; BALEM, 2015; AMARAL, 2016; BELIK, 2016a; 2016b; KROTH *et al.*, 2019) têm procurado dimensionar o mercado institucional da alimentação escolar, analisando a participação da agricultura familiar, os limites e as potencialidades dessa categoria social enquanto fornecedor de alimentos para programas de compras institucionais. Sem afastar-se dos objetivos mais gerais que norteiam essas pesquisas e, com o propósito de prover elementos analíticos para o aprimoramento do PNAE em nível local, este trabalho tem como objetivo identificar os limites e as potencialidades do PNAE no município de Passo Fundo, a partir da percepção dos atores sociais regionais vinculados direta e indiretamente à operacionalização do Programa em âmbito regional.

O município de Passo Fundo está localizado no norte do estado do Rio Grande do Sul (RS) e possui 109 escolas públicas,

destas 39 escolas estaduais e 70 municipais, atendendo aproximadamente 33.281 alunos por dia, de acordo com os dados da pesquisa de campo. A importância deste estudo vincula-se, também, ao fato de que o município de Passo Fundo se constitui na maior cidade do norte do estado do RS, com uma estimativa de 203.275 habitantes (IBGE, 2019). A partir desses dados, considera-se relevante verificar a realidade da operacionalização do PNAE nesse município.

Este artigo está organizado em cinco seções, a contar desta introdução. A seção dois aborda as questões conceituais sobre a agricultura familiar e os mercados institucionais. Na terceira seção apresentam-se os delineamentos metodológicos, seguido da quarta parte, que expõe e analisa os resultados da pesquisa. Por fim, seguem-se as considerações finais.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS INSTITUCIONAIS

A agricultura familiar consiste em uma forma social reconhecida e legitimada, existente em uma parcela significativa dos países que possuem uma estrutura agrária composta por um número expressivo de explorações, cujo trabalho dos membros da família não só é majoritário, mas também possui poder de decisão (SCHNEIDER, 2003). A categoria agricultura familiar é entendida como aquela em que a família é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo, havendo diferentes combinações entre propriedade e trabalho (WANDERLEY, 1999). Esta não é elemento da diversidade, mas contém nela toda a diversidade e sua dimensão não lhe determina a natureza e sim suas relações internas e externas (LAMARCHE, 1993).

Com vistas a construir uma definição geral, que possa abarcar toda a diversidade de situações históricas e

socioeconômicas e também de tipos econômicos, Motta (2010) destaca que a agricultura familiar é compreendida enquanto formas de organização da produção, onde a família detém os meios de produção e, concomitantemente executa as atividades produtivas.

Para Schneider e Cassol (2013), no Brasil a agricultura familiar foi reconhecida em período recente. Os autores apontam que tal reconhecimento deve-se principalmente em função de três fatores: 1) com o final da ditadura militar (1965-1985) houve a retomada do movimento sindical no país; 2) no âmbito acadêmico, o debate sobre o papel da agricultura familiar no Brasil foi intensificado no início da década de 1990, principalmente por cientistas sociais; e, 3) a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no ano de 1996 marcou o reconhecimento da agricultura familiar por parte do Estado brasileiro.

A agricultura familiar diversificada oferece oportunidades para que se estabeleçam relações produtivas e comerciais, no âmbito regional, direcionados à produção, distribuição e consumo de alimentos diferenciados. Nesse sentido, Maluf (2004) ressalta que é importante a elaboração de ações públicas voltadas à promoção da produção e do consumo de alimentos regionais de qualidade, sob a forma de programas do governo e projetos que envolvam organizações não governamentais e entidades representativas dos agricultores e dos consumidores.

A partir de 2003 foram construídas e institucionalizadas no Brasil políticas públicas para a agricultura familiar tendo como base a construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Entre as políticas públicas para a agricultura familiar, cabe destacar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA²), vinculado

² O PAA, criado pelo artigo 19 da Lei nº 10.696/2003, é um programa em que o governo federal compra os alimentos da agricultura familiar e os distribui de forma gratuita para pessoas que não possuem acesso a uma

à política de combate à fome, e o PNAE, objeto de estudo deste artigo, que está articulado com a política educacional brasileira

Os dados do IBGE (2017) mostram que a agricultura familiar contribui para a agropecuária do país com 23% de toda a produção agropecuária. Além disso, corresponde a 77% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupa 80,9 milhões de hectares de área, representando 23% do total de estabelecimentos rurais do país. A magnitude relativa de participação dessa categoria social no contexto dos estabelecimentos e na agricultura brasileira revela sua importância em merecer estímulos governamentais que garantam sua persistência e viabilidade produtiva. Contudo, os agricultores familiares enfrentam diversos desafios para acessar os mercados, tais como: dificuldades de transporte/logística, dificuldades para conhecer os preços e para identificar a preferência dos consumidores. Os mercados são controlados por atores que possuem o monopólio de transporte, de formação de preços, de acesso aos consumidores e, nesse contexto, os agricultores familiares são desfavorecidos (SCHNEIDER, 2017).

Para Schneider (2016), existem quatro tipos de mercados que os agricultores familiares acessam, os quais se diferenciam: pelo tipo ou perfil de agricultor familiar, pelo *locus* e/ou alcance espacial, pela natureza ou as características dos mercados, pelas formas de regulação existentes e pelos canais de comercialização que são utilizados. Nessa perspectiva, os mercados públicos e institucionais vêm sendo ocupados de forma crescente por agricultores familiares no Brasil e, também em outros países do mundo, tendo como principal agente o Estado ou um organismo público. Nesses mercados, os preços praticados tendem a ser mais elevados do que os preços dos mercados convencionais, o que desperta grande interesse por parte dos agricultores familiares, além de maior

garantia no recebimento pelos produtos vendidos (SCHNEIDER, 2016). É o caso do mercado gerado pelo PNAE, a partir de 2009, que possibilitou a inserção de produtos de agricultores familiares com a garantia de um percentual mínimo em compras dessa categoria social, conforme está expresso na legislação:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

O Estado possui importante papel no abastecimento alimentar e nas políticas de segurança alimentar e pode atuar em setores em que os mercados enfrentam dificuldades (SCHNEIDER, 2017). Assim sendo, o governo brasileiro, ao implementar a Lei nº 11.947/2009, utilizou das compras públicas para beneficiar a alocação dos agricultores familiares locais aos mercados institucionais de alimentação escolar (TRICHES, 2015). Ainda existem entraves operacionais, estruturais, políticos e econômicos que devem ser enfrentados na construção e gerenciamento desse mercado, mas cabe ressaltar que a ação e relação entre os atores sociais envolvidos no processo de aquisição pública é um dos aspectos fundamentais para que a legislação tenha ou não efetividade.

3 DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS

Em termos metodológicos, este estudo privilegia a pesquisa explicativa e contempla uma abordagem qualitativa dos dados obtidos através de questionários semiestruturados e entrevistas com pessoas-

alimentação adequada e para instituições de assistência social, para a rede pública e filantrópica de ensino e também equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

chave vinculados às compras institucionais. Especificamente, são apresentados conteúdos explicativos baseados especialmente em informações primárias, ainda que lançando mão de dados secundários e elementos teóricos para subsidiar qualitativamente a análise. Tais procedimentos estão em conformidade com as metodologias utilizadas, em sua sequência de etapas de procedimentos de pesquisas dessa natureza (GIL, 2016; MINAYO, 2016).

Foram realizadas entrevistas abertas ou em profundidade³, em conformidade com Roteiros⁴ de Entrevista previamente elaborados. Entrevistaram-se vinte e cinco informantes-chave vinculados a seis escolas (quatro escolas estaduais e duas escolas municipais), Coordenadoria de Nutrição Escolar (CNE), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RS (Emater/RS⁵) e representantes de cooperativas de agricultores familiares e agricultores familiares, conforme evidenciado no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação dos entrevistados

Instituição	Informantes-chave	Nº de entrevistados
Escolas (Estaduais e Municipais)	Diretores, Secretárias e Professores(as)	12
Coordenadoria de Nutrição Escolar (CNE)	Coordenadora de Nutrição Escolar	1
Emater (Escritório Municipal e Regional de	Extensionistas	5

³ Para Minayo (2016), consideram-se entrevistas abertas ou em profundidade aquelas onde se convida o informante para falar com liberdade sobre um tema e os questionamentos do entrevistador têm como objetivo conferir profundidade para as reflexões.

⁴ Tais roteiros foram elaborados pelos pesquisadores a partir dos roteiros validados por Triches (2010) e Balem (2015), adaptando as questões às particularidades do presente estudo.

⁵ No município de Passo Fundo a Emater possui um Escritório Regional que abrange 40 municípios e um Escritório Municipal, que visa o atendimento dos agricultores locais. Além dessas duas unidades da Emater, também atua no mercado institucional do PNAE em Passo Fundo a UCP da Emater com sede no município de Erechim/RS.

⁶ Nas compras da agricultura familiar para o PNAE é permitida a dispensa do processo licitatório tradicional (Lei nº 8666/1993) e as compras podem ser realizadas por meio do instrumento de compra denominado Chamada Pública, desde que atendidos os preceitos constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e os preços estejam em conformidade com os preços médios praticados no mercado local (AMARAL, 2016).

Passo Fundo e Unidade de Cooperativismo - UCP de Erechim)		
Representantes das Cooperativas de Agricultores Familiares e agricultores familiares	Representantes	7
Total de entrevistados:		25

Fonte: A autora.

Vale ressaltar que as entrevistas foram realizadas prioritariamente com informantes com atuação em escolas, *locus* onde se consome o processo da alimentação escolar, e em entidades que interagem diretamente com agricultores familiares (Emater, cooperativas, coordenadoria de nutrição escolar), fornecedores de produtos de origem local/regional contemplados pela Lei nº 11.947/2009.

A seleção de um número maior de escolas estaduais em comparação às escolas municipais para a realização das entrevistas, decorre do fato dessa modalidade de gestão do PNAE ocorrer de diferentes formas. Nas escolas estaduais, cada escola faz suas aquisições da agricultura familiar para a alimentação escolar por meio de um instrumento de compra denominado Chamada Pública⁶, que é feito de forma individual para cada escola estadual, modalidade conhecida como gestão escolarizada.

Nas escolas municipais, existe um órgão denominado Coordenadoria de Nutrição Escolar (CNE), que realiza as

compras de alimentos para todas as escolas municipais, modalidade de gestão conhecida como municipalizada. A gestão escolarizada, portanto, apresenta uma diversidade de situações em função das especificidades de cada escola, enquanto na gestão municipalizada existe um processo padronizado para atender as demandas de todas as escolas, sob o comando de um ente responsável.

As entrevistas foram realizadas no período de março a novembro do ano de 2017, no município de Passo Fundo/RS; apenas uma das entrevistas realizadas com a Unidade de Cooperativismo (UCP) da Emater ocorreu no município de Erechim/RS.

O método de análise e interpretação dos dados ocorreu por meio da “Análise de Situações de Desenvolvimento⁷” (ASD), a qual tem como base as pesquisas realizadas por Silva Neto (2007) e Basso (2012), que, por sua vez, apoiam-se epistemologicamente nas contribuições do realismo crítico de Bhaskar (2008) e no materialismo histórico e dialético (SILVA NETO, 2016) e operacionalmente na Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA) (DUFUMIER, 2007; MAZOYER; ROUDART, 2010).

Para realizar esse tipo de análise o pesquisador deve priorizar o contato direto com a realidade para compreender o que se propõe a estudar (BASSO, 2012). Cada nível de estudo deve ser analisado separado e progressivamente, por meio de observações e falas de indivíduos selecionados *a priori*, de forma que sejam respondidas as questões mais relevantes de cada etapa. Quando as principais questões de cada nível forem respondidas deve então ser realizada uma síntese daquele nível, procurando identificar as questões pertinentes para o próximo nível. O foco deve ser dado às informações com maior poder de explicação, de modo que se tenha

maior poder explicativo do objeto de estudo (SILVA NETO, 2007).

A utilização desses procedimentos teve como função atingir o objetivo de compreender o PNAE nas escolas públicas de Passo Fundo a partir da percepção dos atores sociais regionais.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados e analisados os dados coletados sobre o PNAE no município de Passo Fundo. Inicialmente são apresentados alguns dados do PNAE em Passo Fundo e a produção agrícola local. Na sequência, aborda-se a organização dos fornecedores da agricultura familiar para o PNAE nesse município. Na terceira subseção, discutem-se os limites e as potencialidades do PNAE na perspectiva dos atores sociais regionais ligados direta ou indiretamente ao Programa.

4.1 O PNAE EM PASSO FUNDO E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA LOCAL

No município de Passo Fundo, o público beneficiário da alimentação escolar no ano de 2017 era composto por aproximadamente 33 mil alunos distribuídos em 109 escolas públicas, incluindo a rede de ensino estadual, municipal e escolas filantrópicas.

Com a Lei nº 11.947/2009 ficou determinado que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para a compra de gêneros alimentícios para as escolas devem ser aplicados em compras de produtos de agricultores familiares (FNDE, 2016). A partir da referida legislação oportunizou-se um mercado para essa categoria social em Passo Fundo.

Ainda que Passo Fundo seja um município com o espaço agrícola caracterizado pela agricultura moderna, a presença da agricultura familiar é significativa (TEDESCO, 2006), conforme

⁷ Segundo Basso (2012), essa metodologia de análise surgiu a partir do método de estudos denominado “Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários” (ADSA) que foi desenvolvido pela cátedra de Agricultura Comparada e Desenvolvimento do Instituto Nacional Agrônômico de Paris-Grignon.

consta na Tabela 1 elaborada a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017.

Tabela 1- Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos por grupos de área total do Município de Passo Fundo – RS, 2017.

Grupos de área total (hectares-ha)	Número de estabelecimentos	%	Área dos estabelecimentos	%
De 0 a 20 há	487	54,1	3.605	7
De 20 a menos de 50 ha	171	19	5.414	10,5
De 50 a menos de 100 ha	103	11,5	6.913	13,4
De 100 a menos de 500 ha	117	13	25.155	48,9
De 500 ha e mais	22	2,4	10.383	20,2
TOTAL	900	100	51.470	100

Fonte: IBGE (2017).

Grande parte dos estabelecimentos com menos de 100 ha são ocupados majoritariamente por agricultores familiares, mas os que se envolvem com mercados institucionais seguramente estão no estrato de menos de 20 ha. Mais de 50% dos agricultores de Passo Fundo estão nesse estrato de área, mas eles utilizam apenas 7% da área total destinada para a agricultura desse município. A concentração da terra é marcante na agricultura de Passo Fundo. De um lado, cerca de 73% dos estabelecimentos têm menos de 50 hectares e possuem, juntos, aproximadamente 17% da área total, enquanto 15,4% dos estabelecimentos possuem mais de 100 hectares e detêm cerca de 70% da área total.

A partir da Lei nº 11.947/2009 foi criada a Associação dos Pequenos Agricultores de Passo Fundo (Agropasso) e, posteriormente, alguns agricultores familiares organizaram-se através da Cooperativa de Produtores de Leite de Passo Fundo (Agroleite), as quais absorviam a maior parcela do mercado gerado pelo PNAE, tanto nas escolas estaduais quanto nas municipais até o ano de 2012.

Em 2013, a Emater passou a atuar enquanto agente articulador da agricultura familiar ao mercado institucional da alimentação escolar em Passo Fundo e,

conforme os relatos dos extensionistas entrevistados, identificaram-se problemas de gestão nas organizações dos agricultores familiares. A Agropasso e a Agroleite tiveram suas atividades suspensas devido a irregularidades constatadas no seu funcionamento e os agricultores familiares de Passo Fundo, associados a essas instituições e fornecedores do PNAE, ficaram receosos de estabelecer novos vínculos com outras associações ou cooperativas com potencial produtivo para participar desse Programa.

Os dados da pesquisa de campo junto aos extensionistas da Emater, os agricultores familiares e a coordenadora de nutrição escolar indicam que a alimentação escolar em Passo Fundo é fornecida majoritariamente por cooperativas sediadas em outros municípios, cuja distância média é de 86 km, conforme a Figura 1, constante da próxima subseção. A experiência da Agropasso, que contava com fraca participação efetiva de seus associados, mormente em seus processos decisórios e de gestão redundou em um tipo de cooperativa que acabou se fragmentando, e não mais atendendo aos interesses e confiança de seus tradicionais associados.

A Emater, por meio de seu escritório municipal, vem atuando individualmente nas propriedades dos agricultores familiares do município de Passo Fundo, em diferentes

âmbitos que compreendem os processos de extensão. Tais incursões são realizadas, sobretudo, nas explorações em que, não raras vezes, a logística e a falta de conhecimento técnico desfavorecem as boas práticas de cultivo exigido no caso de fornecimento de alimentos às escolas.

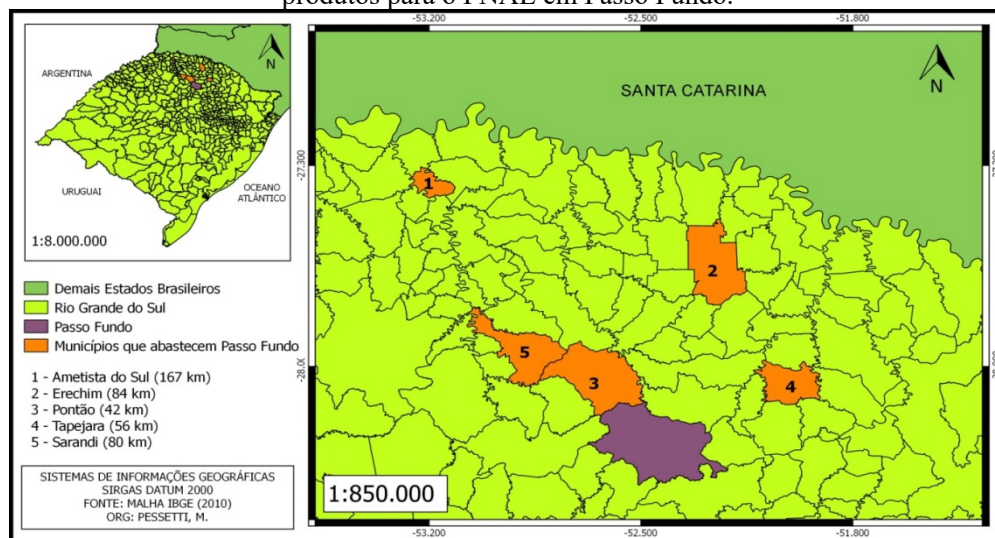
4.2 A ORGANIZAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA O PNAE EM PASSO FUNDO

Os fornecedores da agricultura familiar para o PNAE em Passo Fundo estão organizados, em sua maioria, em cooperativas de agricultores familiares, sendo sete as principais identificadas a partir das entrevistas realizadas: a Cooperativa de Produção Agropecuária Terra e Vida Ltda (Coopervita), localizada no município de Tapejara; a Cooperativa

Central de Comercialização da Agricultura Familiar de Economia Solidária (Cecafes), de Erechim; a Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda (Cooptar) e a Cooperativa Agropecuária e Laticínios Pontão Ltda (Cooperlat), ambas de Pontão; a Cooperativa Mista e de Trabalho Alternativo Ltda (Coonalter), sediada em Passo Fundo; a Cooperativa de Produtores de Uva e Derivados de Ametista do Sul (Cooperametista), de Ametista do Sul e a Cooperativa da Produção dos Agricultores Familiares de Sarandi e Região (Coopafs), de Sarandi.

Na Figura 1 destaca-se a localização geográfica das principais cooperativas fornecedoras para a alimentação escolar de Passo Fundo, bem como a distância destas até o município de Passo Fundo.

Figura 1 – Localização geográfica das principais cooperativas de agricultores familiares que fornecem produtos para o PNAE em Passo Fundo.



Fonte: elaborado a partir de IBGE (2010).

Evidencia-se na Figura 1 os cinco municípios diferentes referentes às cooperativas, com suas respectivas distâncias até o município de Passo Fundo. Vale destacar o caso da Coopervita, pois apesar dessa ter sua sede no município de Tapejara, possui em seu quadro de

associados agricultores familiares domiciliados em Passo Fundo. A Coopervita não se enquadra no grupo de fornecedores locais e nem no mesmo território rural, conforme a ordem de prioridade estabelecida na Resolução nº 4/2015¹. O município de Passo Fundo

¹ Conforme a Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015, em relação aos grupos de fornecedores fica estabelecido que os projetos de venda habilitados ao PNAE devem priorizar, na seguinte ordem para seleção: I - O grupo

integra o território rural Produção-RS; já Tapejara, o município sede dessa cooperativa, integra o território rural Nordeste-RS, de acordo com a classificação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2017). Porém, essa cooperativa localiza-se nas proximidades de Passo Fundo e também fornece alimentos de agricultores associados residentes no município, conforme mencionado anteriormente.

Os hortifrutigranjeiros são adquiridos pelas escolas estaduais e municipais, em sua maioria da Cecafes de Erechim. Apesar de haver produtores potenciais em Passo Fundo ao suprimento das necessidades escolares, estes, no entanto, orientam seus esforços no abastecimento das demandas urbanas mais gerais a partir de vendas nas feiras locais, restaurantes e empresas do setor privado, não participando, em sua maioria, do mercado de alimentação escolar.

Os extensionistas da Emater entrevistados entendem que há potencial produtivo local para o abastecimento às escolas, e para tal atuam na ampliação do processo de sensibilização desses agricultores. Além disso, os referidos

sujeitos apontam para uma das principais dificuldades dos agricultores locais: a logística para entrega dos produtos. Isso decorreria da exigência de armazenamento adequado dos alimentos *vis a vis* à perecibilidade peculiar de sua natureza. Há 39 escolas estaduais e 70 escolas municipais, distribuídas em diferentes locais do município de Passo Fundo.

Assim, diante das dificuldades enfrentadas pelos produtores, duplamente, de um lado a crise do cooperativismo local e dificuldades de logística acabam por atuar de modo a configurar em “escolhas” orientadas para uma ênfase produtiva e comercial diferenciada. Os achados da pesquisa indicam que, para parte significativa dos agricultores familiares locais, as feiras realizadas no município são mais atrativas, uma vez que o recebimento dos valores referentes aos produtos comercializados é imediato, além desse mercado demandar menores despesas com logística.

O Quadro 2 apresenta as diferentes Cooperativas que abastecem as escolas estaduais e municipais de Passo Fundo–RS.

Quadro 2 – Principais Cooperativas de Agricultores Familiares fornecedoras para o PNAE em Passo Fundo

Cooperativa	Sede	Nº de agricultores familiares associados	Tipos de produtos fornecidos	Fornece para Escolas
Coonalter	Passo Fundo	140	Alface, temperos, couve-manteiga, brócolis, beterraba, cenoura e laranja.	Municipais e Estaduais
Coopervita	Tapejara	880	Doces de frutas e de leite, leite em pó, aipim, pães, cucas, massas, alho, cebola, beterraba, moranga, repolho, sucos de uva e laranja.	Municipais e Estaduais
Cecafes ¹	Erechim	10743	Hortifrutigranjeiros, derivados lácteos, arroz, feijão e panificados.	Municipais e Estaduais
Cooperlat	Pontão	419	Bebida láctea, queijo, feijão, arroz orgânico, hortaliças, frutas e legumes.	Municipais e Estaduais
Coopafs	Sarandi	389	Hortigranjeiros, sucos naturais, cereais, minimamente processados.	Municipais

de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos; II - O grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País; III - O grupo de projetos de fornecedores do estado terá prioridade sobre o do País (FNDE, 2015).

¹ A Cecafes é uma central de distribuição, a qual possui 19 cooperativas de agricultores familiares associadas, estas de diferentes cidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Cooperametista	Ametista do Sul	48	Suco integral de laranja e uva.	Municipais
Cooptar	Pontão	15	Carne bovina em cubos, carne suína em cubos, carne moída de 1ª e de 2ª e linguiça.	Estaduais

Fonte: Dados da pesquisa.

As informações mais evidentes no Quadro 2 dizem respeito à discrepância entre número de associados nas diferentes Cooperativas e a diversidade de produtos ofertados. Das cooperativas relacionadas, a Coonalter é a única com sede no município de Passo Fundo, porém os agricultores familiares associados são majoritariamente de outros municípios. A cooperativa possui 25 anos de atuação e tem como foco principal a Feira Ecológica de Passo Fundo¹, comercializando produtos como hortaliças, frutas e panificados.

Para a representante da cooperativa, a demanda da alimentação escolar de Passo Fundo é bastante significativa, em especial na rede municipal, e a questão logística da entrega nas escolas é uma dificuldade para a Coonalter. Devido ao fato dessa cooperativa ter como foco a produção orgânica ou agroecológica, a prioridade está na qualidade dos produtos e não na quantidade. Existe uma produção diversificada por parte dos associados, mas a quantidade produzida pelos mesmos não tem potencial para suprir a demanda do PNAE nesse município.

A Coopervita possui dentre seus associados alguns agricultores familiares de Passo Fundo. Essa cooperativa possui sede em Tapejara e atende tanto a rede escolar municipal quanto a rede escolar estadual. Conforme o seu representante, a cooperativa foi fundada em 1998, com 27 associados e possui atualmente 900 associados, destes somente 20 não são agricultores familiares. Desde 2010, a cooperativa fornece produtos para a alimentação escolar de Passo Fundo, mas a

partir de 2013 com maior ênfase nesse mercado. São atendidas 27 escolas estaduais e toda a rede municipal de Passo Fundo e esse mercado representa para a Cooperativa 40% do faturamento referente ao PNAE, tendo em vista que também são atendidas escolas de outros municípios.

Considerando os relatos dos representantes das cooperativas e quando confrontadas às informações oriundas das entrevistas realizadas nas escolas e na CNE, percebe-se que a Coopervita vem reunindo esforços substanciais para atender as exigências das escolas. Para isso, enfatiza processos tecnológicos capazes de permitir não apenas uma melhor qualidade dos produtos, mas, sobretudo uma maior padronização, além de cumprimento de prazos e regularização de documentação, que são exigências para a participação nos processos concorrenciais de venda de alimentos às escolas. Isso é corroborado a partir do relato do representante da Coopervita, que evidencia a importância do PNAE em Passo Fundo para a cooperativa:

É um mercado bastante importante, ele representa 40% do faturamento referente à merenda escolar, tendo em vista que atendemos outros municípios da região, além de integrar alguns agricultores familiares e agroindústrias de Passo Fundo na comercialização. (Representante da Coopervita)

A Cecafes, conhecida na região como Central de Comercialização da Agricultura Familiar de Economia Solidária, é uma cooperativa juridicamente formalizada no ano de 2012, cuja sede é situada no município de Erechim/RS. Essa

¹ A Feira Ecológica de Passo Fundo é realizada desde o ano de 1998 e está inserida em um conjunto de feiras ecológicas que são realizadas nos municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Antônio Prado, além de outros municípios. Ela é realizada semanalmente na Praça da Mãe Preta, no centro da cidade de Passo Fundo (TEDESCO, 2006).

cooperativa possui 19 cooperativas associadas, com um total de 10.743 agricultores. A Cecafes comercializa produtos para a alimentação escolar de Passo Fundo desde 2014, tanto para a rede estadual como para a municipal.

A Cooperametista é uma cooperativa de produtores de uva e derivados e produz sucos e vinhos, portanto fornece para a alimentação escolar apenas suco integral de uva e laranja, participando desse mercado desde 2016, somente nas escolas municipais.

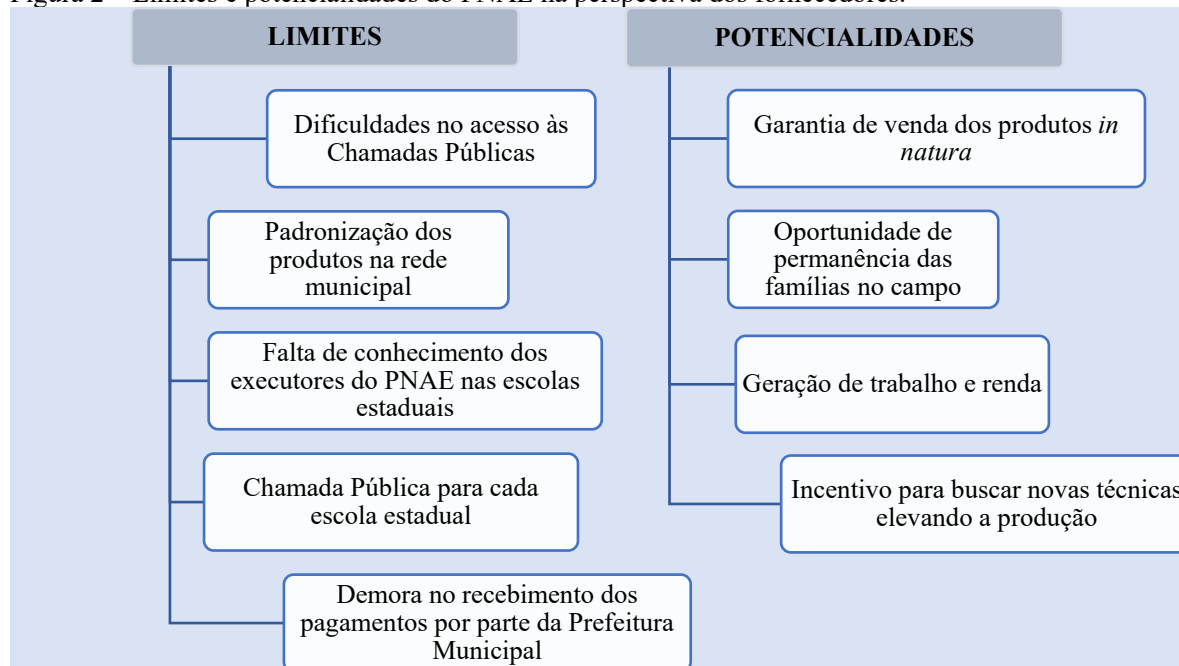
A Cooperlat localiza-se no município de Pontão, possui 419 associados, destes 15 entregam produtos para a alimentação escolar. Essa cooperativa é fornecedora do PNAE em Passo Fundo desde 2015, tanto para a rede municipal quanto para algumas escolas estaduais. Para o representante da Coperlat, o mercado institucional da alimentação escolar de Passo Fundo é importante, pois vem atuando como fator de estímulo para o aumento e diversificação da produção, e consequentemente da renda para os seus associados.

A Cooptar localiza-se no interior de Pontão-RS, no Loteamento Assentamento 16 de Março, possui 15 famílias associadas que residem e plantam gêneros alimentícios, além de possuir criação de gado de leite e de corte no assentamento. Essa cooperativa abastece apenas as escolas estaduais de Passo Fundo, aproximadamente 20 escolas.

4.3 LIMITES E POTENCIALIDADES DO PNAE PARA OS FORNECEDORES

Após mais de uma década de funcionamento do PNAE em seus novos moldes (Lei nº 11.947/2009), é importante abordar os limites e as potencialidades desse Programa no contexto local. Dessa forma, a Figura 2 foi elaborada a partir das percepções de alguns fornecedores do PNAE (agricultores e representantes de cooperativas de agricultores familiares), no fornecimento de alimentos às escolas públicas, e das potencialidades geradas pela existência desse mercado institucional.

Figura 2 – Limites e potencialidades do PNAE na perspectiva dos fornecedores.



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir do exposto na Figura 2, cabe evidenciar algumas das situações

consideradas como limitantes e outras enquanto potencialidades da execução do

PNAE em Passo Fundo, a partir da perspectiva dos fornecedores já referidos.

Um dos aspectos destacado pelos representantes das cooperativas refere-se à falta de conhecimento que envolvem compras institucionais dos executores do PNAE nas escolas estaduais. Os responsáveis pelas compras nessas escolas, em sua maioria, são os próprios professores ou diretores, designados para essas atividades e não possuem formação específica para lidar com os processos burocráticos que envolvem as compras institucionais.

A Chamada Pública Individual a partir de cada escola estadual é apontada como sendo o principal fator limitante no processo de compras institucionais, não apenas por gerar dificuldades na mensuração da demanda total de alimentos, mas devido ao excesso de procedimentos burocráticos, como entrega de documentos em cada uma das escolas, por um profissional que não atua apenas nesta atividade.

Denota-se que o motivo central do reconhecimento da Chamada Pública individual como fator limitante no processo de venda dos produtos para as escolas estaduais, decorre da existência anterior de uma situação particular. Na rede estadual de ensino de Passo Fundo foi utilizado um instrumento de compra conjunta, denominado Chamada Pública Unificada, pelo qual a 7ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), em conjunto com a UCP-Erechim, eram responsáveis pelo processo de compra da agricultura familiar para todas as escolas estaduais desse município. A Chamada Pública Unificada foi realizada no período do segundo semestre de 2014 até o primeiro semestre de 2016. Após o segundo semestre de 2016, por decisão do Governo do Estado do RS, cada escola voltou a fazer as suas compras da agricultura familiar individualmente. Para o representante da Cooperlat:

era uma forma mais rápida de desenrolar toda a documentação burocrática das Chamadas Públicas,

agora precisamos fazer várias viagens a Passo Fundo para levar e assinar contratos das escolas estaduais. (Representante da Cooperlat)

Ainda sobre a Chamada Pública Unificada, cabe aqui destacar a fala do representante da Cecafes:

A Chamada Pública Unificada facilitou muito, reduzia custos em papeis, autenticações em cartórios, pois era um único envelope para habilitação, era um único orçamento. A exclusão agregou maiores despesas ao participar das Chamadas Públicas, agregando um custo maior nos projetos e tornando certas vezes inviável a participação (Pesquisa de campo).

Destaca-se que os dados da pesquisa junto aos atores sociais regionais vinculados ao PNAE em Passo Fundo, além dos agricultores familiares e representantes de cooperativas, indicam que a experiência do processo de Chamada Pública Unificada possibilitou avanços e melhorias na operacionalização do Programa nesse município, e a decisão pela não continuidade dessa modalidade de compras para as escolas estaduais é entendida por esses sujeitos como um retrocesso em relação às atividades até então desenvolvidas.

No intuito de investigar a importância atribuída em relação ao mercado de alimentação escolar do município de Passo Fundo para as cooperativas de agricultores familiares selecionadas, questionou-se aos seus representantes acerca das potencialidades percebidas com esse mercado institucional. Para o representante da Coopervita, que também é agricultor familiar associado à cooperativa:

é uma oportunidade importante de comercialização e fixação dos agricultores familiares no campo, pois propicia a geração de trabalho e renda, além de criar perspectivas para os filhos fazerem a sucessão

familiar na propriedade. (Pesquisa de campo)

A importância atribuída à **permanência das famílias no campo** parece consensual em vários momentos das entrevistas, e é corroborada também com a fala da representante da Cooperametista:

A comercialização de sucos para a alimentação escolar de Passo Fundo e outros municípios da região representa a garantia de venda de produtos *in natura* produzidos nas propriedades familiares, contribuindo, conseqüentemente, para a permanência da unidade familiar no campo. (Pesquisa de campo)

Verifica-se o nítido reconhecimento dos principais atores regionais envolvidos nas compras institucionais enquanto fornecedores para o PNAE, que estes vêm contribuindo para a permanência do agricultor no campo através da geração de renda. Para Maluf (2007, p. 32), a agricultura familiar “possibilita a ocupação do espaço agrário e favorece a valorização das dimensões social, ambiental e cultural da produção agroalimentar”. Ao mesmo tempo em que as atividades agroalimentares em pequena escala geram ocupação e renda para as famílias rurais, essas famílias, em sua maioria, também se encontram em condição de pobreza, com dificuldades de acesso aos alimentos (MALUF, 2007).

De um ponto de vista mais geral, a participação de agricultores familiares em mercados institucionais, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE, Stropasolas (2017, p. 451) explica que:

Ainda é muito reduzido o número de agricultores familiares que participam do PAA e do PNAE, sendo muito baixo o valor dos recursos públicos destinados para essas políticas. Por outro lado, os agricultores familiares, principalmente os setores excluídos, não têm produtos suficientes e não

estão preparados para abastecer essas políticas institucionais. Mais precisamente, o volume de compras governamentais ainda é reduzido não exercendo influência sobre o volume total comercializável, seja em termos de preço praticado seja em termos de disponibilidade de crédito. Alguns fatores são levantados para justificar a insuficiência e pouca abrangência dessas políticas, entre os quais verifica-se que tanto o PAA como o PNAE não utilizam a sistemática de adiantar recursos (compra antecipada) para o produtor. Ao mesmo tempo, existem dificuldades em termos de documentação, de logística para o atendimento às grandes cidades, além de que os padrões de qualidade estabelecidos por muitas prefeituras dificultam uma maior inserção dos agricultores familiares.

As dificuldades enfrentadas pelo conjunto dos agricultores familiares descritos por Stropasolas (2017) se assemelham à realidade observada nos processos de compras institucionais do PNAE em Passo Fundo. Ademais, cumpre destacar que para os agricultores participarem desse mercado institucional existe um investimento inicial, formalização de documentação, padrão regular de qualidade, adequação de embalagens, registros e certificados em dia, sendo essas pré-condições a serem implementadas que não podem prescindir de apoio e assistência técnica de outras instituições intervenientes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste artigo foi identificar os limites e as potencialidades do PNAE no município de Passo Fundo-RS, a partir da percepção dos atores sociais regionais vinculados direta e indiretamente ao Programa no contexto local. Apesar dos fatores limitantes, de modo geral, esse Programa vem contribuindo para a oferta de alimentos saudáveis, e estimulando a

agricultura familiar e a sustentabilidade do setor agroalimentar em nível local.

Reitera-se que, a partir da Lei nº 11.947/2009, foram criadas uma Associação e uma Cooperativa no município de Passo Fundo com objetivo central de atender a demanda do PNAE, porém, os fatores limitadores desse processo, explicitados na seção 4, vem dificultando a participação dos agricultores familiares nesse mercado institucional. Pode-se observar que a maior parcela da demanda do PNAE, em Passo Fundo (escolas municipais e estaduais), é atendida por cooperativas de agricultores familiares sediadas em outros municípios.

Dentre as principais cooperativas fornecedoras para o PNAE nesse município, a Coonalter é a única que possui sede em Passo Fundo, porém os agricultores familiares associados a essa cooperativa estão estabelecidos em outros municípios. Verificou-se ainda que, contraditoriamente, a Coopervita, com sede no município de Tapejara/RS, possui em seu quadro de associados vários agricultores familiares de Passo Fundo, e os principais gêneros alimentícios provenientes dessa cooperativa são comercializados no município de Tapejara.

É importante demarcar que a realização de Chamada Pública individual para as escolas estaduais é considerada pelos atores sociais regionais entrevistados como o principal fator limitante do PNAE em Passo Fundo e que causou retrocessos em relação aos avanços até então construídos por meio das compras unificadas.

A pesquisa de campo indica que o PNAE é percebido pelos atores sociais regionais como Programa com potencial de contribuir para a permanência dos agricultores familiares no meio rural através da geração de renda. Considera-se ainda que a comercialização para esse mercado institucional tende a melhorar o consumo da própria família dos agricultores participantes. Inclusive, todo o local pode ser transformado a partir dos processos de

sustentabilidade e da oferta de alimentos saudáveis que podem ser comercializados também em outros mercados, além do mercado institucional.

Este artigo contribui através de elementos teóricos e empíricos ao amplo debate que envolve a alimentação saudável e a trajetória de luta pelo desenvolvimento agroalimentar sustentável, discutindo a realidade de um programa de alimentação escolar em nível local. As particularidades que envolvem a operacionalização do PNAE em Passo Fundo, devido ao histórico de mudanças na condução das ações que envolvem as compras institucionais, podem contribuir para promover o aprimoramento ou alterações parciais com vistas ao atingimento dos resultados esperados, a partir da implementação da Lei nº 11.947/2009, nesse Programa.

A partir do caso da Coopervita, ressalta-se a importância de outras pesquisas para investigar quais os fatores levaram os agricultores de Passo Fundo a integrar essa Cooperativa que se localiza em um município vizinho e vem conseguindo absorver parte significativa do mercado institucional da alimentação escolar de Passo Fundo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, V. R. **Potencialidades e limites da política de alimentação escolar na promoção da agricultura familiar**. 2016. 102f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento)– Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí.

BALEM, T. A. **O Programa de Alimentação Escolar Brasileiro e a narrativa alternativa dos alimentos: convergências e desafios**. 2015. 263f. Tese (Doutorado em Extensão Rural)– Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

BASSO, D. Fundamentos teóricos e procedimentos metodológicos para a análise de processos reais de desenvolvimento. In: SIEDENBERG, D. R. (Org.). **Desenvolvimento sob múltiplos olhares**. Ijuí: Unijuí, 2012, p. 101-137.

BELIK, W. Agricultura familiar, políticas públicas e os novos mercados. In: TEO, C. R. P. A.; TRICHES, R. M. (Orgs.). **Alimentação escolar: construindo interface entre saúde, educação e desenvolvimento**. Chapecó: Argos, 2016a, p. 65 - 88.

BELIK, W. Os limites para a expansão dos mercados locais. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Construção de mercados e agricultura familiar**. Desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: UFRGS, 2016b, p. 183 – 205.

BHASKAR, R. **A realist theory of Science**. London and New York: Routledge, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica, altera a lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial [da] União. 2009.

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola**: manual para especialistas. Salvador: EDUFBA, 2007.

FAO; OPAS. Organización de las Naciones Unidas para La Alimentación y La Agricultura; Organización Panamericana de La Salud. América Latina y el Caribe. **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional**. Sistemas

alimentarios sostenibles para poner fin al hambre y la malnutrición. Santiago, 2017.

FERNANDES, P. F.; SCHNEIDER, S.; TRICHES, R. M. Identificação da oferta de produtos da agricultura familiar e da demanda pelo Programa de Alimentação Escolar das escolas estaduais do Rio Grande do Sul. In: TEO, C. R. P. A.; TRICHES, R. M. (Orgs.). **Alimentação escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento**. Chapecó: Unochapecó, 2016, p. 169 – 199.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 4 de 2 de abril de 2015**. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). União, Brasília, DF, 2 Abr. 2015.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Histórico. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 17 nov. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2016.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 161-200.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2017**: Resultados definitivos. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templatess/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 16 jan. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bases e referenciais**. Bases cartográficas. Malhas digitais. Disponível em:
ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipio_pais/municipio_2010/rs/. Acesso em: 10 mar. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Passo Fundo**. População: população estimada [2019]. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-fundo/panorama>. Acesso em: 09 mar. 2020.

KROTH, D. C.; *et al.* Análise da operacionalização da política de aquisição de alimentos da agricultura familiar por parte dos municípios: o caso do PNAE em três microrregiões do Oeste Catarinense. **Redes**, v. 24, n. 1, p. 138-162, 2019.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Unicamp, 1993.

MALUF, R. S. J. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MALUF, R. S. J. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. [Tradução de Cláudia Ferreira]. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Alimentação escolar**. Como funciona a compra e venda de produtos da agricultura familiar? Disponível em:
<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-ali/como-funciona-compra-e-venda-de>

[produtos-da-agricultura-familiar](#). Acesso em: 09 dez. 2017.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Disponível em:
<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/alimentacao-e-aceso-a-agua/paa>. Acesso em: 10 mar. 2020.

MOTTA, M. **Dicionário da terra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2016, p. 93-140.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar y mercados. **Boletín de Agricultura Familiar para América Latina y el Caribe**, n. 17, p. 5-7, en.-mar. 2017.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Rimisp: Santiago, Chile, 2013.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SILVA NETO, B. Análise diagnóstico de sistemas agrários: uma interpretação baseada na Teoria da Complexidade e no Realismo Crítico. **Desenvolvimento em Questão**, v. 5, n. 9, p. 33-58, jan./jun., 2007.

SILVA NETO, B. **Agroecologia e análise econômica de sistemas de produção**. Uma abordagem baseada no materialismo histórico e dialético. Cerro Largo: UFFS, 2016.

SONNINO, R.; SPAYDE, J.; ASHE, L. Políticas Públicas e a construção de mercados: percepções a partir de iniciativas de merenda escolar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Construção de mercados e agricultura familiar. Desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2016, p. 311-329.

STROPASOLAS, V. L. Tecendo os fios condutores de um debate: que desafios, perspectivas e proposições para as agriculturas de base familiar e camponesa do Brasil? In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 436-472.

TEDESCO, J. C. **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar**. Velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós anos 90. Passo Fundo: UPF, 2006, p. 101-142.

TERRA E SILVA, M.; NATIVIDADE, M. M. P.; JOAQUIM, N. F. A execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a compra da agricultura familiar. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 9,

2016, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Anpad, 2016.

TRICHES, R. M. **Reconectando a produção ao consumo**: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar. 2010. 297f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TRICHES, R. M.; BACCARIN, J. G. Interações entre alimentação escolar e agricultura familiar para o desenvolvimento local. In: TEO, C. R. P. A.; TRICHES, R. M. (Orgs.). **Alimentação escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento**. Chapecó: Uochapecó, 2016, p. 89-109.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 4, p. 933-945, Oct./Dec., 2010.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o meio rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 161-200.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S.; SIMÕES, E. Aquisições públicas em Cabo Verde: desafios e potencialidades para promover o desenvolvimento rural. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 11, p. 63-80, 2013.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Ed. UPF, 1999, p. 23-56.

^a Indaia Dias Lopes

Doutoranda em História (PPGH/UPF), Bolsista PROSUC/Capes, Mestra em Desenvolvimento Regional (PPGDR/Unijuí), Economista (UFSM).

^b David Basso

Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) em Desenvolvimento Regional (PPGDR) na Unijuí. Editor da revista Desenvolvimento em Questão (ISSN 2237-6453). Atualmente é professor titular nível IV da Unijuí.

^c Rita Inês Paetzhold Pauli

Pós-doutorado na Cardiff University, no País de Gales - Reino Unido em Geography and Planning, no Sustainable Places Research Institute (2017); Doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (2004); Mestrado em Economia Rural (Campina Grande) pela Universidade Federal da Paraíba (1995); Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (1988), e é Professor associado e pesquisador da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Mestrado Economia e Desenvolvimento e nos Cursos de graduação do Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI).